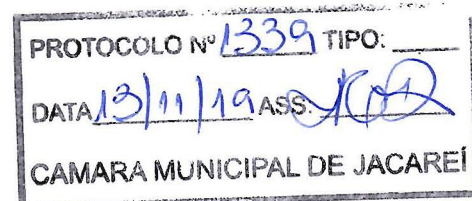




Prefeitura de Jacareí
Gabinete do Prefeito

Ofício nº 506/2019 – GP

Jacareí, 06 de novembro de 2019.



À Vossa Excelência o Senhor

Presidente Abner Rodrigues de Moraes Rosa

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jacareí

Assunto: Pedido de Informação nº 206/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Em atendimento ao Ofício n. 102/2019-CMP, dessa Casa Legislativa, datado de 31 de outubro de 2019, recebido nesta Prefeitura no dia 1º de novembro de 2019, referente ao Pedido de Informações n.º 206/19, de autoria do vereador Luís Flávio (Flavinho) venho prestar as seguintes informações:

1. Conforme informado pela Secretaria de Educação, funcionam na Creche Profª Zulmira de Oliveira 7 (sete) classes.
2. Trabalham entre 2 (dois) e 3 (três) ADI's (auxiliares de desenvolvimento infantil) em cada sala, conforme previsto no art. 6º do Decreto Municipal 3.578/2016.
3. Trabalha 1 (uma) estagiária em cada sala.
4. Estão matriculadas em cada sala 20 (vinte) crianças.
5. Não.



Prefeitura de Jacareí
Gabinete do Prefeito


6. Destaca-se que quando finda o contrato de estágio é realizada nova seleção para reposição.

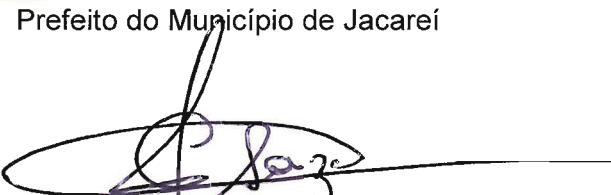
Nesse sentido, já está em andamento no Departamento de Recursos Humanos a reposição de 2 (duas) estagiárias.

Cumpre informar que a Secretaria de Educação dispõe de ADI's volantes, que suprem a demanda quando necessário.

7. A quantidade de ADI's e estagiárias segue os parâmetros previstos no Decreto Municipal nº 3.578 de 28 de março de 2016, mais especificamente o previsto no art. 6º, parágrafo 4º (cópia anexa).

Respeitosamente,


IZAIAS JOSÉ DE SANTANA
Prefeito do Município de Jacareí


CELSO FLORÊNCIO DE SOUZA
Secretário de Governo

DECRETO Nº 3.578, DE 28 DE MARÇO DE 2016.

Dispõe sobre autorização de funcionamento e supervisão de instituições e cursos de educação infantil no Município de Jacareí e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

CONSIDERANDO os preceitos contidos na Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

CONSIDERANDO a Lei n.º 5.882, de 4 de outubro de 2014, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Jacareí;

D E C R E T A:**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A autorização de funcionamento da educação infantil, quer sejam, as mantidas pelo Poder Público Municipal ou por instituições privadas, de acordo com o art. 5º da Lei Municipal n.º 5.882, de 30 de setembro de 2014, que não possuam outras etapas de ensino da educação básica, são regulamentadas pelas normas dispostas neste Decreto.

Parágrafo único. Entende-se por instituições privadas de ensino as enquadradas nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas, nos termos do artigo 20 da Lei de Diretrizes e Bases, Lei Federal n.º 9.394/1996.

Art. 2º As instituições de educação infantil, integrando os sistemas de ensino são oferecidas:

- I** - em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 3 (três) anos de idade;
- II** - pré-escolas, para crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

§ 1º Para fins deste Decreto, entidades de educação infantil equivalentes a creches, são responsáveis pela educação e cuidado de crianças de 4(quatro) meses a 3 (três) anos de idade, independente de denominação e regime de funcionamento.

§ 2º As instituições de educação infantil que mantêm simultaneamente o atendimento às crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos de idade, em creche, e, de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, em pré-escola, constituirão Centros de Educação Infantil com denominação própria.

§ 3º O regime de atendimento à educação infantil poderá ser em tempo integral ou parcial.

§ 4º As crianças com deficiência serão, preferencialmente, atendidas na rede regular de educação infantil, respeitado o direito ao atendimento adequado em seus diferentes aspectos.

CAPÍTULO I
DOS FINS E OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 3º A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 4º A educação infantil tem como objetivos garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens assim como direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Parágrafo único. Dadas às particularidades do desenvolvimento da criança de 4 (quatro) meses a 5 (cinco) anos, a educação infantil cumpre funções indissociáveis de educar e cuidar.

CAPÍTULO II

DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Art. 5º A proposta pedagógica deve estar fundamentada numa concepção de criança cidadã, como pessoa em processo de desenvolvimento, bem como nos conhecimentos acumulados sobre como a criança deve se desenvolver e aprender, respondendo as suas necessidades e capacidades, através de diferentes experiências que possibilitem o seu desenvolvimento pessoal e social harmonioso e a ampliação do seu universo cultural.

Parágrafo único. Na elaboração e execução da proposta pedagógica será assegurada à instituição de educação infantil, na forma da lei, o respeito aos princípios do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Art. 6º Compete à instituição de educação infantil elaborar e executar sua proposta pedagógica considerando:

- I** – fins e objetivos da proposta pedagógica;
- II** – concepção da criança, de desenvolvimento infantil e aprendizagem;
- III** – características da população a ser atendida e da comunidade na qual se insere;
- IV** – regime de funcionamento;
- V** – espaço físico, instalações e equipamentos;
- VI** – relação de recursos humanos, especificando cargos e funções, habilitações e níveis de escolaridade;
- VII** – parâmetros de organização de grupos e relação professor/criança;
- VIII** – organização do cotidiano de trabalho junto às crianças;
- IX** – proposta de articulação da instituição com a família e a comunidade;
- X** – processo de avaliação do desenvolvimento integral à criança;
- XI** – integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos, lingüísticos e sociais da criança, entendendo-a como ser total, completo e individual;
- XII** – processo de articulação da educação infantil, com o ensino fundamental;
- XIII** – processo de capacitação e formação em serviço dos profissionais que atuam na instituição.

§ 1º O regime de funcionamento das instituições de educação infantil deverá atender o mínimo de 4 (quatro) horas aula diária, 200 (duzentos) dias letivos. Sendo 08 (oito) dias para atividades pedagógicas de estudo.

§ 2º O Secretário Municipal de Educação disciplinará o ano letivo através de Resolução.

§ 3º O currículo de educação infantil deverá assegurar a formação básica comum respeitando as diretrizes curriculares, nos termos do art. 9º da Lei n.º 9.394/1996 e demais legislações complementares.

§ 4º Os parâmetros para a organização de grupos decorrerão das especificidades da proposta pedagógica, recomendada a seguinte relação:

I – crianças de 4 (quatro) meses a 1 (um) ano: 5 (cinco) crianças/1 (um) Agente de Desenvolvimento Infantil ou equivalente; quando houver menos de 10 crianças serão no mínimo 2 (dois);

II – crianças de 1 (um) a 2 (dois) anos: 8 (oito) crianças/1 (um) Agente de Desenvolvimento Infantil ou equivalente, quando houver menos de 16 crianças serão no mínimo 2 (dois) agentes ou equivalentes;

III – crianças de 2 (dois) a 3 (três) anos: 10 (dez) crianças/1 (um) Agente de Desenvolvimento Infantil, quando houver menos de 20 (vinte) crianças serão no mínimo 2 (dois) agentes ou equivalentes;

IV – crianças de 3 (três) a 4 (quatro) anos: até 20 (vinte) crianças por turma – 1 (um) professor. A cada 40 (quarenta) crianças por Unidade Escolar 1 (um) Agente de Desenvolvimento Infantil.

V – crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos; 25 (vinte e cinco) crianças/1 (um) professor;

VI – crianças de 5 (cinco) a 6 (seis) anos: 25 (vinte e cinco) crianças/1 (um) professor;

VII – a cada 10 (dez) crianças com deficiência: 1 (um) professor especialista, o qual atuará nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação;

VII – a cada 80 (oitenta) crianças de 4 (quatro) meses a 3 (três) anos-creche: 1 (um) professor;

VIII – em unidades que possuam piso(s) superior(es): 1 (um) Agente de Desenvolvimento Infantil por andar para auxiliar na locomoção e segurança das crianças.

§ 5º A avaliação na educação infantil será realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, tomando como referência os objetivos estabelecidos para essa etapa da educação, sem objetivo de seleção/classificação, mesmo para acesso ao ensino fundamental.

CAPÍTULO III DO REGIMENTO ESCOLAR

Art. 7º O regimento escolar, documento normativo da instituição de educação infantil, deve expressar propósitos, diretrizes e princípios definidos na proposta pedagógica, regulamentando as relações entre os participantes do processo educativo, devendo ser redigido de modo sucinto, claro e objetivo não conter rasura e estética desfigurada.

Parágrafo único. As normas para elaboração do Regimento Escolar das escolas privadas serão emanadas pela Gerência de Supervisão de Ensino.

CAPÍTULO IV DOS RECURSOS HUMANOS